



Ata da 29ª (Vigésima Nona) Sessão Ordinária do 2º (segundo) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (Vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 30 de agosto de 2023, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, Estevão Silva Machado, João Bechara Netto, José de Oliveira Lima, Júlio César Ferreira de Magalhães e Lenildo Henriques.** A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. Nas considerações iniciais, oportunizadas pelo presidente Paulo Sérgio, **vereador João Bechara Netto:** comentou sobre rumores de fechamento de algumas escolas do campo, sendo elas as escolas de Fazenda Velha, Vargem Grande, Ilha do Gato, Pedra Branca e a de Caxeta, fez um apelo a Secretaria Municipal de Educação e ao Dr. Antônio Rocha para que antes de tomar uma decisão rígida que fosse feito uma audiência pública com a comunidade escolar para pudessem ouvir a população. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** registrou a presença do vereador **Renildo Nascimento Peçanha** e justificou a ausência do vereador Lucimar Alves Soares. **Vereador Júlio César de Magalhães:** solicitou um minuto de silêncio em memória do passamento de dona Ilza, morado do distrito de Itaoca, ao passamento da irmã do amigo Ariosto e ao passamento do amigo Jairo. **Vereador Estevão Silva Machado:** Cumprimentou a todos e agradeceu o deputado estadual Tyago Hoffmann, relatou que esteve juntamente com alguns secretários e o Dr. Antônio em uma reunião pedindo apoio e ajuda ao deputado e foram bem recebidos pelo mesmo e por sua equipe. Parabenizou o governador Renato Casagrande pelos investimentos disponibilizados para o Estado e relatou que foi convidado para uma ordem de serviço que ocorreu em Cachoeiro de Itapemirim, no Hospital do Câncer, onde teria presenciado muitos recursos sendo disponibilizados para o município de Cachoeiro, além de Presidente Kennedy e Piúma, pôde perceber que o município de Itapemirim estaria ficando para trás, mas após a reunião ocorrida com o deputado Tyago Hoffmann, demonstrou esperança. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Agradeceu a presença dos servidores presentes e das demais pessoas. Após foi atendido o minuto de silêncio a pedido do vereador Júlio César. **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Ofício Externo Nº 57/2023. Ementa:** Requerimento de Tribuna Livre - cidadão: Paulo de Oliveira Cruz Neto - assunto: Bolsa universitária. **Autoria: Paulo de Oliveira Cruz Neto. Ofício Externo Nº 117/2023. Ementa:** Ofício/SEMOU Nº 048/2023 – Assunto: Celebração de Convênio nº 018/2023 entre PMI e SESPOT. **Autoria: Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Ofício Externo Nº 120/2023. Ementa:** Ofício IPREVITA Nº 169/2023 – Comunicado sobre inadimplência do Executivo Municipal - aportes atuariais do mês de abril/2023. **Autoria: IPREVITA. Indicação Nº 109/2023. Ementa:** Indica extensão de rede de energia elétrica com aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) metros de extensão, para iluminação pública e residencial, na localidade de Duas Barras, neste município. **Autoria: Erasto da Costa Rocha. Projeto de Lei Ordinária Nº 33/2023. Ementa:** Dispõe sobre o parcelamento de débitos do município de Itapemirim com o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Itapemirim – IPREVITA, nos termos em que especifica. **Autoria: Poder Executivo Municipal. Projeto de Lei Ordinária Nº 35/2023. Ementa:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a absorver os trechos rodoviários estaduais urbanos que são de responsabilidade do departamento de edificações e de rodovias do Estado do Espírito Santo – DER/ES nos termos em que especifica. **Autoria: Poder Executivo Municipal.** Pedido de urgência especial do projeto entrou em discussão. **Vereador Júlio Cesar de Magalhães:** Declarou que o projeto de lei em questão representaria uma contribuição





positiva. Além disso, anunciou que tinha um projeto relacionado à revisão dos servidores da Casa, que seria submetido à votação durante a presente sessão e que originalmente estava proposto como urgência especial. Por considerações éticas, optou por propor sua reclassificação como urgência simples, pois acreditava que o projeto poderia ser tratado de maneira mais abrangente. Por critérios de discernimento, expressou sua intenção de votar contra a manutenção do status de urgência especial e, em vez disso, solicitou a classificação como urgência simples, enfatizando a necessidade de uma análise mais minuciosa devido à complexidade do assunto em questão. **Vereador João Bechara Netto:** Cumprimentou a todos, anunciou sua intenção de iniciar a discussão, mas expressou gratidão ao vereador Júlio César por tomar a iniciativa e liderar a primeira decisão e discussão. Alegou que o Executivo Municipal, culpa-o por tudo, independentemente da decisão. Concordou plenamente com o vereador Júlio César e salientou que compartilhava o mesmo raciocínio, pois considerava que o projeto demandava um debate aprofundado durante a votação. Informou que estaria preparando uma emenda para complementar ao referido projeto e, ao examinar os detalhes do mesmo, optou por uma análise mais minuciosa. Como resultado, declarou seu voto contrário à urgência especial e enfatizou seu apoio ao projeto em si. **Vereador José de Oliveira Lima:** Cumprimentou a todos e expressou surpresa quanto à necessidade de atribuir um estatuto de urgência especial ao pedido. Afirmou que considera que o Governo Estadual é mais adequadamente equipado para administrar as rodovias. Além disso, argumentou que, dada a natureza do projeto, a imposição de um estado de urgência especial não se fazia necessária. Acrescentou que, em sua opinião, não seria necessário aplicar qualquer grau de urgência ao projeto, e explicou que o Estado estava aparentemente transferindo a responsabilidade pela manutenção das rodovias para o município, embora este último já esteja com dificuldades na gestão das próprias estradas, dessa forma, disse que o projeto precisaria ser melhor discutido e acompanharia os vereadores, Júlio César e João Bechara, no voto a urgência simples. **Vereador Estevão Silva Machado:** Após considerar as opiniões dos vereadores e após manter um diálogo com o vereador João Bechara, explicou que a justificativa da urgência especial do mencionado projeto se baseia na necessidade de homologação na Casa de Leis. Explicou e destacou que há interesse em aproveitar os equipamentos que estariam no município de Marataízes e trazê-los para Itapemirim, com o intuito de evitar sua alocação em outro município. Todavia, respeitou e compreendeu as opiniões dos demais vereadores e enfatizou que existem motivos para a urgência especial deste projeto. Disse que independentemente da urgência necessária, expressou a esperança de que o projeto seja aprovado na próxima sessão. A urgência especial do projeto entrou em votação, tendo sido negada. Atendendo a solicitação do vereador Júlio César, o vereador presidente Paulo Sérgio submeteu a urgência simples do referido projeto, dessa forma, a urgência simples do projeto entrou em votação tendo sido aprovado. **Requerimento de Informação Nº 15/2023. Ementa:** Requerimento de Informação ao Executivo Municipal, solicitando esclarecimentos referente às emendas parlamentares, individuais, propostas pelos Vereadores ao orçamento do Município para o exercício de 2022 (emendas impositivas). **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa; Antônio Carlos Helvécio; Júlio César Ferreira de Magalhães.** Após a leitura do material, o Requerimento mencionado entrou em discussão. **Vereador João Bechara Netto:** Salientou a importância do requerimento de informação, dado que foi observado que até o momento, as emendas impositivas, as quais foram indicadas pelos nobres vereadores no orçamento do ano de 2023, não teriam sido devidamente executadas. Recordou que as emendas impositivas, uma vez aprovadas pelos vereadores, possuem caráter de execução obrigatória por parte do Poder Executivo. Portanto, o requerimento de





informações se apresenta como um instrumento que possibilitaria esclarecimentos acerca das razões pelas quais essas emendas não foram executadas. Questionou o posicionamento da Câmara diante das informações que seriam recebidas em relação ao prefeito que não cumpriu obrigações impostas nas emendas impositivas, argumentando que é indiscutível que não se negligencie tal questão. Ressaltou a necessidade de avançar nessa discussão e de aplicar as devidas penalidades, pois, dessa maneira, obrigariam o prefeito a cumprir com o que foi estabelecido. **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães:** Expressou que a observação anterior do vereador João Bechara era pertinente e mencionou que alguns internautas poderiam estar se questionando por não saberem sobre quais penalidades seriam aplicadas. Alertou aos espectadores que essa seria uma questão inédita, uma vez que as emendas impositivas foram introduzidas pela primeira vez no município de Itapemirim em 2023, e, portanto, não teriam respostas pré-estabelecidas sobre as medidas adequadas no caso de não cumprimento. Ressaltou que talvez até o próprio prefeito não estivesse ciente de que essa questão representaria um problema sério e que, devido à sua natureza obrigatória, não se trata de uma questão simples. Solicitou que o Poder Executivo respondesse ao requerimento, enfatizando que, para atender a essas emendas impositivas, seria necessário realizar licitações, o que colocaria um prazo curto e que poderia resultar em um esforço significativo. Expressou o desejo de que suas recomendações contidas na emenda impositiva fossem consideradas, destacando que tais recomendações eram de suma importância para as pessoas vulneráveis da população. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Continuando o debate sobre o requerimento, lembrou que no ano anterior, antes da aprovação da lei orçamentária, os vereadores promoveram uma emenda à Lei Orgânica do município de Itapemirim. Essa emenda exigia a obtenção de dois terços dos votos para aprovação. Além disso, destacou que as emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as emendas impositivas na Lei Orçamentária Anual (LOA) também foram aprovadas. Em relação a essas emendas, explicou que elas estabelecem uma obrigação de execução na lei orçamentária e que o não cumprimento das emendas impõe responsabilidades ao Executivo Municipal. Destacou que o objetivo do requerimento era prevenir conflitos futuros. Durante as discussões com os demais vereadores da mesa, diante das perguntas dos vereadores da base sobre as consequências caso as emendas não fossem executadas, explicou que a própria lei orgânica atribui responsabilidade pelo descumprimento da lei orçamentária. Além disso, observou que o não atendimento ao requerimento, de acordo com o Artigo 243 do Regimento Interno, impõe aos vereadores a abrir uma comissão processante, e que seria ainda mais grave no caso das emendas impositivas não serem executadas. Informou que as emendas impositivas foram criadas com base em dispositivos da Constituição Federal que permitem aos vereadores apresentar tais emendas no município, com o objetivo de corrigir determinados atos administrativos que vinham ocorrendo nos municípios brasileiros. Ressaltou que a solicitação da mesa diretora era que o Executivo respondesse ao requerimento, indicando prazos e os métodos de execução das emendas. Em caso de falta de resposta e não cumprimento das emendas, informou que a Câmara Legislativa teria que tomar medidas apropriadas. Expressou desejo de que o requerimento fosse aprovado e sugeriu que, ao protocolá-lo, uma cópia fosse entregue no gabinete do Executivo Municipal, a fim de evitar qualquer alegação de não recebimento do requerimento. **Vereador José de Oliveira Lima:** Comunicou que as respostas a essas questões seriam fornecidas nos próximos dias, mas mencionou que elas estariam acompanhadas de preocupações referentes à queda da receita. Observou que tem havido uma discussão intensa sobre essa queda de receita, sem, contudo, chegar à conclusão de que a receita teria acabado. Saliu que,





no mínimo, deveria ser esclarecido qual percentual da receita poderia ser comprometido. Expressou preocupação com o fato de que o ano de 2023 tem apenas mais quatro meses a serem encerrados, destacando que tal situação parece indicar um descaso para com a Casa de Leis. Apontou que o único vereador que não apresentou uma emenda impositiva foi João Bechara, e que os demais que o fizeram não o fizeram brincando. Sublinhou que a Casa de Leis necessita de uma resposta adequada para, assim, tomar as medidas necessárias, uma vez que a comunidade aguarda com grande expectativa que as indicações sejam atendidas. Concluiu manifestando sua expectativa de que a resposta ao requerimento seja entregue à Casa de Leis o mais brevemente possível. **Vereador Alcione de Amorim Gomes:** Cumprimentou a todos, recordou que no início de seu mandato, havia uma forte disposição para fazer numerosas indicações, com o intuito de destacar o trabalho realizado. No entanto, logo percebeu que nem sempre suas indicações eram atendidas. Com a introdução das emendas impositivas, concebeu a esperança de que suas propostas pudessem ser acolhidas. Direcionando o enfoque para áreas da educação, saúde e saneamento básico, fez referência a uma emenda destinada à unidade de saúde no Retiro, onde os cidadãos madrugavam para receber atendimento. Também apresentou uma emenda para realização de uma nova sala de uma creche no Retiro, com o propósito de proporcionar capacidade para atender a demanda de crianças. Além disso, mencionou uma emenda relativa à rede de esgoto na comunidade de Palmital. Expressou a esperança de que essas emendas anteriormente mencionadas ainda possam ser contempladas e manifestou o desejo de que Deus possa tocar no coração do Executivo para atender às solicitações dos vereadores. **Vereador Erasto da Costa Rocha:** Cumprimentou a todos, comentou que todos os vereadores apresentaram emendas com esperança, pois assim que deveria ser feito e destacou a significativa relevância dessas emendas para o bem da população. Argumentou que há um anseio pelo Poder Executivo em aprofundar seu entendimento e em atender às demandas da comunidade, ao considerar as recomendações dos vereadores. Por fim, solicitou que o Executivo efetue a execução das requisições dos dignos vereadores. Após, Requerimento de Informação entrou em votação, tendo sido aprovado. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Comunicou que foram protocolados dois pedidos para a utilização da Tribuna Livre e informou que um dos requerentes não pôde ser contatado, alegando que foram realizadas aproximadamente quatro tentativas de comunicação. Em virtude disso, o tempo destinado à Tribuna Livre foi concedido a Paulo Neto, cuja assunto protocolado seria sobre a bolsa universitária. **Paulo Neto:** Cumprimentou a todos, agradeceu a Deus e alegou que compareceu à Casa de Leis em nome de todos os munícipes. Em relação à Lei Nº 2.990, datada de 11 de maio de 2017, enfatizou sua importância, tratando-se da Bolsa Universitária, e, utilizando da Tribuna Livre, solicitou ao Poder Executivo informações referentes à implementação da Comissão Executiva, visando ao pleno exercício deste direito. Citou um dos preceitos da Constituição Federal, no Artigo 6, o qual preconiza que a "educação está em primeiro lugar", destacando que a educação é o caminho para a emancipação e a superação de barreiras. Lembrou as palavras de um ilustre indivíduo que jamais esquecerá, que afirmava que "o maior legado que se pode deixar a um filho é a educação, pois é um patrimônio que ninguém pode roubar - o conhecimento." Expressou pesar por ter de buscar lideranças fora de Itapemirim para administrar o município, particularmente quando essas lideranças parecem não estar atendendo adequadamente às necessidades da população. No contexto da Lei Nº 2.990, celebrou-a como uma conquista significativa em 2015, beneficiando inúmeras pessoas e proporcionando um futuro mais promissor por meio da educação. Salientou que muitos jovens enfrentam o desafio das drogas, enquanto a educação se mantém como uma





resposta fundamental. Observou que o Polo UAB de Itapemirim enfrenta desafios significativos, o que configura um descaso com a educação no município. Sublinhou que as afirmações sobre a escassez de recursos no município, apesar de serem veiculadas, carecem de veracidade, uma vez que as arrecadações atingiram aproximadamente R\$ 494.000.000,00 (quatrocentos e noventa e quatro milhões de reais) em 2022 e R\$ 128.000.000,00 (cento e vinte e oito milhões de reais) nos primeiros quatro meses de 2023, desmistificando, assim, tal narrativa. Concluiu sua intervenção com o título "Discurso do Jovem Sonhador" e enfatizou a relevância da meritocracia, conforme estipulada na Lei Nº 2.990, para proporcionar oportunidades aos estudantes com base em seu empenho. Finalmente, solicitou ao amigo César que atue para que a LDO e a LOAS incorporem a Bolsa Universitária, visando a garantir dignidade e um futuro mais promissor aos jovens de Itapemirim. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Parabenizou Paulo neto pela postura perante a Tribuna da Casa de Lei e também pelo assunto abordado, destacou que a lei da bolsa universitária já teria passado antes do ano de 2017 e que tiveram muitos estudantes de Itapemirim, que já concluíram suas graduações com ajuda da bolsa universitária. Lamentavelmente, ressaltou que se trata de um projeto de lei autorizativa, que concede ao Poder Executivo Municipal a autorização para alocar uma determinada quantia do orçamento visando instruir a concessão de bolsas universitárias para servidores públicos municipais e também para a população em geral. Nos últimos anos, percebeu um declínio no foco dedicado à bolsa universitária, suscitando indagações por parte de alguns pais em relação à ausência do programa e lembrou que o Executivo Municipal detém a autorização para a alocação de recursos destinados à disponibilização das bolsas universitárias. Disse que o tema foi bem escolhido por Paulo Neto, pois, conforme destacado por ele mesmo, negligenciar o investimento na educação de Itapemirim é sinônimo de comprometer o crescimento do município e ressaltou que a educação deveria ser prioridade. Solicitou a que Paulo Neto que apresentasse as considerações finais. **Paulo Neto:** Agradeceu por terem abraçado a causa, informou que no ano de 2015 foi beneficiado pelo programa da bolsa universitária, se formou em engenharia civil e que com essa conquista pôde se sentir vencedor, por ter passado por toda trajetória durante a graduação e por ver jovens correndo atrás de emprego e estágio para pagar a faculdade, sente-se sensibilizado nesta lei e assim como outros lutaram para que ele pudesse ter direito ao programa ele também lutaria para os futuros jovens. Por fim, agradeceu a Deus e aos vereadores pelas boas leis propostas. **Vereador José de Oliveira Lima:** Comentou que o assunto mencionado reveste-se de considerável importância e expressou profunda consternação quanto à maneira como a educação está sendo abordada em Itapemirim. Reportou que os vereadores estão sendo alvo de intensos questionamentos relativos aos professores substitutos que não recebem há três meses, assim como estão sendo inquiridos a respeito da bolsa universitária. Observou que o Poder Executivo parece não conferir a devida prioridade à educação, dadas as intenções de fechamento de algumas escolas e reduzir os recursos destinados a área da educação, causando uma situação verdadeiramente lamentável. Saliu a necessidade de atenção, uma vez que Paulo Neto foi apoiado na eleição do prefeito Dr. Antônio, mas disse que são desafios que podem surgir ao longo da caminhada. Expressou desejo de um futuro melhor. **Paulo Neto:** Para complementar o discurso de José de Oliveira Lima, ressaltou que um dos objetivos delineados no plano de governo do vereador era a de implementação de instituições de ensino, a criação de polos educacionais no município de Itapemirim. Esta proposta seria de suma relevância, e citou o exemplo da cidade universitária no Qatar, que representa um modelo de excelência educacional e tecnológica, capaz de transformar significativamente a





realidade de um local. Disse que nos anos anteriores, alocavam-se recursos substanciais, na ordem de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anualmente, para o transporte escolar. Entretanto, em 2023, é plausível que esse montante seria reduzido para aproximadamente R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinado exclusivamente ao transporte universitário. Por fim, expressou sinceros parabéns ao vereador José de Oliveira Lima por seu desejo de desenvolver uma área universitária. Comentou que teria declarado apoio ao prefeito Dr. Antônio com a convicção de que ele capaz de promover o melhor para a comunidade. Diante dos desafios encontrados, disse ser fundamental ir em busca dos direitos, sem se acovarda, mas de forma honrosa, diplomática e respeitosa. Agradeceu a todos pela oportunidade. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Complementou a fala de Paulo Neto, informou que no orçamento passado teriam destinado R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para bolsa universitária, confessou que foi um valor pequeno, mas acredita que nem o valor destinado no orçamento da lei universitária do ano passado não teria sido usado. Após, deu início ao **Pequeno Expediente. Vereador João Bechara Netto:** Cumprimentou a todos. Expressou preocupações quanto ao programa de Cesta Básica, informando que as famílias mais vulneráveis do município não teriam recebido o benefício nos meses de março, abril e maio. Observou que, embora tenham retomado os benefícios em julho, agosto está se encerrando e as cestas ainda não foram distribuídas. Sintetizou a situação, apontando que em 2023, as famílias poderiam passar cinco meses sem receber as Cestas Básicas. Indagou sobre o destino dos recursos orçamentários alocados para o programa, questionando se foram redirecionados dentro da Secretaria de Assistência Social ou transferidos para outra pasta e com que propósito. Solicitou a inclusão dessa pergunta no requerimento do presidente Paulo Sérgio. Ressaltou a necessidade de a secretária de assistência fornece documentação à Câmara Municipal para esclarecer essas questões. Enfatizou o papel dos vereadores como legisladores, responsáveis por fornecer informações e defender os direitos das pessoas carentes. Mencionou que o programa de cesta básica parece ser um dos poucos em funcionamento, mesmo que de maneira inadequada. Relatou ter recebido uma imagem no celular que o sensibilizou, destacando a limitação de recursos pessoais para auxiliar todas as famílias afetadas. **Vereador Erasto da Costa Rocha:** Disse que as cestas que ficaram para trás poderiam ser entregues junto com as atuais, para pagar as atrasadas, pelo fato do programa ser para o ano inteiro e não somente para 5 meses. **Vereador João Bechara Netto:** Em resposta ao comentário do vereador Erasto, enfatizou que encara essa situação como uma responsabilidade pendente da administração para com as famílias do município, uma vez que a maioria delas depende desses benefícios para sobreviver. Destacou a importância da empatia por parte dos legisladores, a fim de representar eficazmente o povo. Expressou sua preocupação de que, no ano de 2023, as cestas básicas atrasadas não seriam fornecidas, mas no ano de 2024, um ano eleitoral, seriam distribuídas, explorando a necessidade dos mais humildes, caracterizando tal ação como covarde. Registrou sua manifestação e fez um apelo nesse sentido. **Vereador José de Oliveira Lima:** Saudou todos novamente e expressou gratidão por mais uma oportunidade de se manifestar. Observou que os programas sociais em Itapemirim não devem ser considerados como o ponto focal de nenhum gestor, mas sim como recursos destinados a atender as famílias mais vulneráveis. Salientou que a maior vulnerabilidade deveria ser percebida no próprio gestor, por não investir adequadamente na educação. Mencionou uma significativa queda no comércio do município, resultando em um aumento substancial do desemprego e, conseqüentemente, elevando a demanda por cestas básicas, vale feira e outros programas beneficiários. Expressou tristeza diante dessa situação e destacou a





necessidade de encontrar soluções, enquanto a população necessita de assistência, pois isso estaria sobrecarregando os vereadores. Ressaltou a importância dos programas sociais, mas enfatizou que não devem ser considerados como o ponto central da administração, mas sim como instrumentos para gerar renda e emprego, impulsionando o desenvolvimento do município. Lamentou as dificuldades enfrentadas e fez um apelo ao Executivo para que olhem com compaixão para as pessoas que estão passando por dificuldades em Itapemirim, enfatizando a necessidade de vontade política para resolver esses problemas. Expressou esperança de que as questões sejam resolvidas e manifestou o desejo de que, nas próximas vezes em que usar a tribuna, possa abordar assuntos diferentes. **Vereador Antônio Carlos de Helvécio:** Cumprimentou a todos e abordou uma questão relacionada a algumas publicações que têm circulado em grupos de WhatsApp e chegado ao seu conhecimento. Referiu-se à comunidade de Joacima, onde uma publicação intitulada "Voz do Povo" apresentava reclamações dos moradores acerca da escassez de materiais básicos para curativos na Unidade de Saúde de Joacima. Isso resultava no encaminhamento dos pacientes para o Hospital Menino Jesus, onde, segundo a publicação, estariam negando atendimento, deixando as pessoas desassistidas. Mencionou o questionamento levantado por algumas pessoas sobre o motivo pelo qual o prefeito teria removido Valdirene da Unidade de Saúde de Joacima. Além disso, relatou que alguém alegou que a pessoa substituta na unidade de saúde, em vez da ex-servidora, não possuía as habilidades necessárias e que Valdirene, mesmo após sua exoneração, auxiliou a nova contratada a realizar os procedimentos. Expressou elogios à ex-funcionária. Com base nas informações recebidas, percebeu que a situação na Unidade de Saúde de Joacima era problemática e solicitou ao prefeito que prestasse mais atenção a essa unidade. Anunciou que, no dia seguinte, visitaria a unidade para avaliar a situação pessoalmente, esclarecendo que não tinha intenção de perseguir ninguém, mas que era fundamental designar profissionais capacitados na área da saúde. Ademais, alertou que se surgissem mais reclamações sobre o assunto, consideraria a possibilidade de entrar com uma ação no Ministério Público. Concluiu expressando sua gratidão pela oportunidade de abordar esse assunto. Em seguida, iniciou o **Grande Expediente**. **Vereador João Bechata Netto:** Iniciou a fala enfocando a relação institucional entre a Prefeitura Municipal e a empresa Vida Salus, responsável pela gestão do Hospital Menino Jesus. Levantou uma importante indagação acerca da demora nos repasses financeiros destinados à administração hospitalar, ressaltando que esse atraso acarreta consequências como a demora na prestação de contas e nos pagamentos dos funcionários e fornecedores. Em decorrência desse cenário, ele relatou que alguns funcionários têm buscado informações com os vereadores e para apresentar as queixas e preocupações. Destacou que uma das preocupações mais agudas reside no fato de que, caso esses atrasos persistam, pode ocorrer de os funcionários passarem o período de Natal e o final de ano sem recursos financeiros, algo que, conforme ele observou, já teria ocorrido em anos anteriores com a gestão da Santa Casa. Nesse sentido, fez um apelo veemente ao Poder Executivo, solicitando uma atenção imediata para essa situação e instando a realização dos repasses o mais brevemente possível. Em seguida, abordou a ausência de profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) no município. Ele informou que o programa de Hiperdia na Unidade de Saúde de Itaipava havia sido recentemente reinstaurado, incluindo o cadastro e acompanhamento de pacientes diabéticos e hipertensos, bem como campanhas de vacinação. No entanto, ele questionou como essas metas poderiam ser alcançadas quando 55% da população não tinha a assistência desses ACS e ACE, que desempenhavam um papel crucial no acompanhamento desses programas. Manifestou





sua preocupação ao considerar que a Secretaria de Saúde anunciava tais programas, mas não designava esses profissionais de extrema importância para executá-los. Relatou que, nas reuniões com o prefeito, o qual também é médico, houve uma decisão extremamente negativa, em que o prefeito afirmou que não chamariam esses profissionais. Expressou sua indignação com a postura do prefeito, mencionando que, como médico, era esperado que ele agisse com mais sensibilidade diante das necessidades da população e que essa perseguição aos ACS e ACE estava prejudicando gravemente o sistema de saúde de Itapemirim. Mencionou que anteriormente havia solicitado ao presidente da Câmara que oficiasse a subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Itapemirim, a fim de buscar a intervenção do Ministério Público, considerando o direito das pessoas à saúde. Ele ressaltou que um grande número de cidadãos, cerca de 23.500 pessoas, estavam desassistidos, e a maioria deles dependia de atendimento e assistência. Argumentou que a falta de contratação dos ACS e ACE se devia a questões pessoais e desavenças. Por fim, pontou que, em visita às unidades de saúde, testemunhou desorganização e escassez de materiais, chegando a custear do próprio bolso despesas com material elétrico na Unidade de Saúde de Joacima. Enfatizou a necessidade de uma abordagem mais sensível e humanizada no atendimento coletivo, por parte do Executivo. Agradeceu pela oportunidade. **Vereador José de Oliveira Lima:** Relatou que, semelhante aos demais vereadores, também havia recebido questionamentos de moradores com relação às unidades de Luanda e Safra, com reclamações de falta de atendimento e saídas antes do horário do médico e ressaltou que esse problema nas unidades estava de fato se manifestando em todo o município. Além disso, fez menção a uma situação relacionada a empresas como a SVA e a Liderança, bem como outras que prestavam serviços no município, enfatizando que, assim como o programa de cesta básica, outros programas também haviam sido cortados sob a justificativa de economia, e questionou o destino desse dinheiro economizado, considerando a escassez de serviços essenciais, falta de materiais e atrasos nos pagamentos. Expressou perplexidade em relação a certos aspectos da administração municipal, enfatizando que, apesar do gestor ser um médico, a capacidade de solucionar e atender as necessidades da população parecia estar longe do esperado. Prosseguiu observando que todas as áreas do município pareciam estar enfrentando dificuldades operacionais. Em conclusão, pediu sabedoria à Deus e iluminação para a gestão do município. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Mandou um abraço para o vereador Lucimar e expressou saudade, pedindo as bênçãos de Deus para ele. Em seguida, abordou a situação da Escola Luiz João Gomes em Joacima e fez um apelo ao Secretário de Educação para que fizesse uma visita à escola, que se encontrava em estado precário e necessitando urgentemente de reformas de manutenção. Ele enfatizou que uma inspeção no lugar permitiria confirmar a veracidade das preocupações levantadas. Reiterou a questão relacionada à quadra da escola em Joacima, destacando a necessidade de manutenção. Salientou que este local era fundamental para as crianças e alertou para o risco aos funcionários ou alunos devido à falta de manutenção. Ele classificou a situação como vergonhosa e expressou descontentamento com o estado da escola. Como vereador, mencionou seus esforços e os de outros cidadãos para abordar essa situação, mas observou uma falta de ação por parte do Executivo. Ele instou as autoridades responsáveis a tomar providências, enfatizando que essa ação não seria um favor a ele, mas sim um benefício para toda a comunidade. Manifestou descrença em relação à perspectiva de melhoria em Itapemirim, afirmando que a situação já difícil havia piorado. Enfatizou que os vereadores não possuíam o poder de executar ações como a contratação de empresas, mas isso seria uma competência do Executivo, e expressou sua decepção com a falta de iniciativa por





parte de poucos políticos para efetuar mudanças. Em conclusão, agradeceu a todos pela oportunidade. **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães:** Cumprimentou a todos. Na sequência de uma conversa com a mesa diretora, expressou o desejo de questionar a possibilidade de convocar o prefeito, Dr. Antônio. No entanto, foi informado de que isso não seria viável. Mencionou que anteriormente, alguns secretários teriam sido convidados e compareceram sem necessidade de convocação. Neste contexto, convidou o prefeito de maneira respeitosa e amigável, com o objetivo de possibilitar que ele fornecesse informações à população a respeito dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). Observando que muitos cidadãos buscam esses profissionais em busca de informações sobre serviços de saúde, mesmo quando eles não estão em serviço, destacou a importância de fornecer essas informações para evitar que a população se sinta perdida e desassistida. Por fim, solicitou o apoio daqueles que são favoráveis ao prefeito e costumam compartilhar vídeos nas redes sociais para considerar a proposta de convite e encorajar o prefeito a comparecer à Casa Lei a fim de prestar esclarecimentos. Após, deu início a **Ordem do dia: Projeto de Decreto Legislativo Nº 26/2023. Ementa:** Concede homenagem de “Honra ao Mérito Legislativo” ao Sr. Estevão Silva Machado, e dá outras providências. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa.** Dado publicidade no dia 23 de agosto de 2023, após foi encaminhado para parecer jurídico da Comissão Colejur, emitindo pareceres favoráveis. Projeto submetido a discussão e votação única. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Disse que a honra ao mérito legislativo seria uma das maiores encomendas da Casa de Leis. Justificou a escolha ao vereador Estevão Machado, por chegar à conclusão que dentre os demais vereadores, Estevão tinha seis mandatos, quatro presidência de Câmara, além de dedicar a vida pública em prol do município e que gostaria de homenagear um vereador que ainda estaria em mandato. Disse que conta com a aprovação com os demais vereadores. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Parabenizou o presidente Paulo Sérgio pelo desejo de homenagear o vereador Estevão Machado, pois seria um mérito merecido, por mais que ele não conseguiria agradar a todos, mas seria um vereador que luta pelo direito do povo e ao longo dos seus seis mandatos teria feito muito ao município. Pediu que Deus abençoasse a vida do vereador Estevão. **Vereador João Bechara Netto:** Parabenizou o presidente Paulo Sérgio pela escolha do nobre vereador Estevão por receber a homenagem de honra. Comentou que anos anteriores essa homenagem era prestada na maior parte das vezes para autoridades estaduais e que a muito tempo essa honra não era dada a um vereador e que esse reconhecimento, vindo da própria Casa de Leis, é muito honroso. Disse ser muito grato ao vereador e lembrou um acontecimento que ocorreu em 2022, na campanha de eleição, quando o vereador fez questão de dizer sobre o memorial de 14 de maio em homenagem ao ex-prefeito Dinowalde Rodrigues Peçanha Junior, partindo do vereador Estevão a lei. **Vereador Júlio César Ferreira de Magalhães:** Parabenizou o vereador Estevão, disse ser um grande vereador e bem aceito pelos munícipes e que merece essa homenagem de honra. Parabenizou o presidente Paulo Sérgio, por mesmo disputando votos durante a eleição, não deixou de prestar homenagem ao vereador por ser referencia aos demais vereadores. **Vereador José de Oliveira Lima:** Disse ser uma homenagem positiva e bonita, disse que o vereador Estevão é uma pessoa boa, mesmo tendo algumas divergências de ideia, mas o respeito um pelo outro prevalece entre todos os vereadores. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Relembrou que além dos seis mandatos e as quatro presidências, o vereador Estevão foi prefeito por alguns dias. Disse que quando o vereador Júlio César comentou sobre ter disputado a eleição com o vereador, disse ter sido uma eleição bastante respeitosa entre ambos. Agradeceu aos vereadores pelas





falas e por entender que o vereador Estevão seja merecedor da homenagem. Vereador Erasto da Costa Rocha: Disse que o vereador Estevão é m guerreiro e um grande merecedor dessa honra, e dar o apoio seria um privilégio. Projeto entrou em votação única, tendo sido aprovado. **Projeto de Lei Ordinária Nº 34/2023. Ementa:** Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, nos termos do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal. **Autoria: Paulo Sérgio de Toledo Costa; Antônio Carlos Helvécio; Júlio César Ferreira de Magalhães.** Dado publicidade no dia 23 de agosto de 2023 com urgência simples da matéria, após foi encaminhada para parecer da Procuradoria Geral, da Comissão Colejur e Cofinor, emitindo pareceres favoráveis. Projeto submetido a discussão e votação única. **Vereador João Bechara Netto:** Comentou que a Câmara tinha o costume de seguir o ritual, Executivo encaminhava a Câmara o projeto de lei concedendo a revisão geral anual e obediência constitucional e após a aprovação da Câmara e o sancionamento no diário oficial, o presidente da Câmara portaria a revisão feral anual, mas que esse ano não estaria funcionando assim, pois o prefeito não estaria tendo consideração pela Câmara e também não se atentou ao Poder Legislativo e afirmou que o mesmo nunca fez uma reunião com os vereadores e que sempre foi muito distante da Câmara. Disse que desde de 2013 essa seria a primeira vez que fizesse revisão geral anual por projeto de lei e isso estaria acontecendo por desleixo do Executivo, falou para que não esquecessem de incluir a Câmara a revisão geral anual. **Vereador José de Oliveira Lima:** Disse ser uma pena a revisão ter sido apenas 6.46, disse que o presidente fez certo em pagar integral o retroativo e fala isso em nome de todos e como disse o vereador João, isso mostraria o nível de comprometimento que o prefeito estaria tendo com as pessoas que trabalham. Agradeceu a oportunidade. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Lembrou aos nobres vereadores sobre uma discussão se fariam ementa incluindo o legislativo ou não, mas chegaram em o consenso que seria forçado colocar o próprio Poder Legislativo e preferiram apresentar o Projeto de Lei. Pediu apoio aos vereadores para aprovação do projeto. Após, convidou a todos os vereadores para sessão solene do dia 07 de setembro e deixou convocado para próxima sessão ordinária para terça-feira ao invés da quarta-feira. Projeto entrou em votação, tendo sido aprovado. Vereador João Bechara Netto: Informou que se ausentou um pouco do plenário em alguns momentos por estar ajudando o jurídico a tratar de um assunto referente ao processo sobre as prestações de contas. **Vereador Antônio Carlos de Helvécio:** Levou um pedido de alguns moradores do Gomes, ao prefeito Dr. Antônio, para calçar uma rua, que ele sabe qual é, já que foi prometido por ele se caso ganhasse a eleição. **Vereador Presidente Paulo Sérgio de Toledo Costa:** Referente a sessão solene, disse que um link seria disponibilizado no dia seguinte para aquele munícipe que quisesse participar, afirmou que as vagas seriam limitadas. Em seguida, finalizou agradecendo a equipe de apoio, a presença de todos e não havendo mais a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.

Paulo Sérgio de Toledo Costa
Presidente

Antônio Carlos Helvécio
Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:

